O ENSINO SUPERIOR DE ARTES PLÁSTICAS EM GOIÁS A ESCOLA GOIANA DE BELAS ARTES – EGBA

Edna de Jesus Goya
Faculdade de Artes Visuais/ Universidade Federal de Goiás

RESUMO:

O propósito do texto, de base histórica, é falar da origem do ensino superior de artes plásticas em Goiás, que surge estimulado pela nova condição do Estado, que busca modernizar-se para se inserir no cenário nacional, sendo que para isto necessita de novas estratégias de reorganização da sociedade, agora centrada nos aspectos urbanos. Isso implica no desenvolvimento da ciência, da cultura, da política, da economia, da educação e na necessidade de reestruturação social. A criação das Universidades - Católica (atual PUC) e Federal (UFG) – torna-se o modo para formar a liderança administrativa, necessária a direção do Estado de Goiás. É a partir desse contexto que nasce as duas escolas de arte de Goiás - a Escola Goiana de Belas Artes de Goiás (EGBA) e o Instituto de Belas Artes de Goiás, (IBAG atual FAV), responsáveis pelos os primeiros cursos de artes de Goiás. Mas, é sobre a primeira que falaremos.

Palavras-chave: arte, educação, arte-educação

ABSTRACT

The purpose of the text, of historical base, is to speak of the higher education origin of plastic arts in Goiás, which appears stimulated by the new State condition, which intends to modernize itself to be inserted in the national scenario, and for that, new society reorganization strategies are needed, now centered in the urban aspects. That implicates in the development of the science, culture, politics, economy, education and in the need of social restructuring. The creation of the Universities - Catholic (current PUC) and Federal (UFG) becomes the means of forming the administrative leadership necessary to the direction of the Goiás State. From that context, the two art schools of Goiás are founded - the Escola Goiana of Fine arts of Goiás (EGBA) and the Institute of Fine arts of Goiás, (current IBAG FAV) responsible for the first courses of arts of Goiás. But we will speak of the first one.

Key words: arts, education, art-educatin

O ensino de artes, em Goiás, nasce com a transferência da antiga capital *cidade de Goiás* para Goiânia. Todavia, para se entender como se dá esse processo faz-se necessário abordar um pouco sobre os fatores que levam a transferência[1] da capital *cidade de Goiás* para Goiânia – um lugar melhor situado geograficamente. A expansão territorial do Brasil, durante o século XVIII, se deu em decorrência da busca do ouro, tornando-se característica principal do processo de ocupação de

grande parte das regiões brasileiras, destacando-se Minas Gerais e Goiás. A ocupação de Goiás ocorreu de forma mais lenta que a dos estados litorâneos, naturalmente favorecidos pela localização e pelas condições geográficas.

Distante do litoral, Goiás tinha a seu favor apenas a possibilidade de exploração do ouro para motivar o processo de ocupação. Foi em decorrência da mineração que o povoamento e a formação dos primeiros núcleos urbanos em Goiás se desenvolveram, dentre os quais, Vila Boa, que se tornou a capital da província. Com a decadência do ciclo econômico da mineração Goiás, ficou alijado do desenvolvimento das outras regiões brasileiras, vivendo, sem dúvida, uma "situação de isolamento"[2] (CAMPOS, 1983, p. 21).

Sem opções dentro dos núcleos urbanos, a única alternativa para a população foi voltar-se para o meio rural, começando uma atividade de cultura de subsistência. Logo emergiu a criação de gado que, embora inicialmente modesta e desordenada, tornou-se a única atividade econômica de destaque do estado, devido à distância dos mercados consumidores. Sem condições sequer de transporte da produção excedente, a lavoura reduz-se praticamente ao cultivo do arroz destinado apenas ao consumo do estado.

Com a fixação da população no campo, agravou-se o processo de isolamento da sociedade, limitada à sua pequena realidade rural. Sobrou-lhe apenas preservar o que restou das experiências culturais resultantes da mistura de brancos, índios e negros, ou, ainda, criar formas de expressão próprias da sua realidade rural.

No século XIX, a pecuária tornou-se a mais forte atividade econômica do estado, mas foi incapaz de destacá-lo no cenário nacional. Do ponto de vista político, a província submetia-se à nomeação de presidentes estranhos à sociedade. Com a implantação da República, no entanto, começou a se formar uma consciência política. Os grupos locais começaram a exigir participação e a pedir o fim do oficialismo político. A partir de então, valorizaram-se os aspectos socioculturais e surgiram vários jornais, revistas e lideranças políticas locais.

Ainda hoje, apesar da expansão econômica, do intercâmbio com todo o país e do engajamento no sistema capitalista irradiado pelos grandes centros, Goiás não se livrou por completo do isolamento vivenciado no passado, razão de seu lento

desenvolvimento cultural urbano. No entanto, esse isolamento propiciou à região goiana, condições de desenvolver e manter hábitos e valores culturais bem próprios, voltados para os aspectos mais tradicionais, fechados em suas peculiaridades. Mergulhado em seu isolamento, Goiás, aos poucos, foi moldando suas características culturais em condições bem peculiares. Aos valores trazidos pelos europeus, juntaram-se a cultura indígena e traços culturais dos negros escravos. Dessa forma, originou-se uma nova personalidade cultural resultante da fusão das diferentes culturas. O que surgiu era muito original, um modo bem próprio de expressão e de comportamento.

Nas artes plásticas, destaca-se, no século XIX, a obra barroca de Veiga Valle (1806-1874), que Salgueiro (1990, p. 25) considera "singular pelos aspectos formais e históricos. Suas imagens são eruditas e aparentemente anacrônicas". É uma referência isolada na história da província, com obras relevantes em estilo barroco-rococó. Veiga Valle nasceu no Arraial de Meia Ponte, atual Pirenópolis, viveu grande parte de sua vida em Vila Boa, onde se encontra a maior parte de suas obras, integrando hoje o acervo do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, fundado em 1968. Na verdade, Veiga Valle inicia a história das artes plásticas em Goiás.

A retomada do desenvolvimento econômico com a *Marcha para o Oeste*[3] reacendeu uma antiga discussão: a mudança da capital para um lugar mais estratégico do ponto de vista político e administrativo. Acreditava-se na possibilidade não só de alteração no processo de ocupação da região, mas também de transformação socioeconômica e cultural do estado, pois, embora com grandes proporções territoriais, Goiás continuava, até então, com um enorme vazio populacional e à margem dos acontecimentos nacionais, o que causava sentimento de inferioridade tanto à população rural, quanto às situadas em áreas urbanas.

A transferência da capital para Goiânia constituiu um salto para o progresso, possibilitando ao adentramento e a expansão do capital em Goiás. Com efeito, foi com o objetivo de integração do estado no rol do capitalismo vigente nas regiões do Sul, sobretudo o litoral, é que os líderes se mobilizaram para criar as condições necessárias a esse engajamento. A mudança da capital seria a forma mais consistente para atingir tais objetivos, ou seja, a inclusão de Goiás no circuito de produção e consumo capitalista brasileiro. A consolidação desses anseios, no

entanto, somente veio realizar-se com a construção da vizinha capita federal, Brasília, que trouxe consigo o progresso, estradas, comunicações e a migração de boa parte da população, vinda de várias regiões, como o Nordeste e o Sudeste do Brasil.

A expectativa de progresso de Goiás, em conseqüência da melhoria dos meios de comunicação, aliada ao incrementado plano urbanístico de Atílio Correia Lima, executado por Armando Augusto de Godói para a nova capital goiana, ativou planos de desenvolvimento que vieram favorecer a economia, levando ao crescimento e à melhoria das condições sociais, econômicas e culturais do povo.

É em decorrência do desenvolvimento que surgem os primeiros movimentos culturais, a exemplo do Grupo Oeste (1942-1945), em 1942, formado por intelectuais de diferentes tendências, atuantes no campo literário. Criaram-se, nesta época, institutos e entidades de fins culturais, faculdades, unidades atualmente inseridas nos complexos universitários de Goiânia - Universidade Católica de Goiás (UCG/PUC) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os primeiros movimentos artístico-culturais aconteceram graças a nomes importantes, como, o de Antônio Henrique Péclat, José Edilberto da Veiga e Jorge Félix de Souza, provenientes da antiga capital, que se destacaram pela forte ligação às artes e especialmente às atividades voltadas para a educação. Todos foram professores do Liceu de Goiás e vieram para a nova capital no período de sua fundação. Aqui, retomaram suas atividades didáticas. Participaram de exposições junto com José Amaral Neddermeyer, paulista que veio radicar-se em Goiânia, no início de sua fundação. Juntos, fundaram, em 22 de outubro de 1945, a Sociedade Pró-Arte de Goiás.

Considerada o marco histórico-cultural da nova cidade, essa associação, que tinha como objetivo a música, desenvolveu atividades que articulavam todos os artistas das várias áreas da promissora capital goiana. Sua existência, no entanto, foi curta, limitando-se a quatro anos de vida. Ainda, em 1945, começou a formar-se nessa associação uma consciência da necessidade de abertura também para as Letras e para as Artes, de forma a permitir certa autonomia tanto à literatura quanto às artes plásticas.

A Sociedade Pró-Arte de Goiás inicia suas atividades em novembro de 1945, apresentando ao público a orquestra recém-formada pelo maestro Érick Pipper, endossada por uma coletiva intitulada: "I Exposição de Pintura, Escultura e Arquitetura de Goiás", composta por apenas dez trabalhos. Eventos dessa natureza foram realizados em 1946 e 1947, durante comemorações de aniversário da Pró-Arte, com exposições bem mais concorridas. Além da música, a associação colaborou com a literatura e incentivou as artes plásticas durante todo o período de sua existência. O objetivo era favorecer e unir os artistas, para divulgar a arte. Entre os associados estavam Octo Marques, Goiandira do Couto, Antônio Henrique Péclat, Jorge Félix de Souza, Regina Lacerda, Edilberto da Veiga, Brasil Grassini, Amália Hermano, Professor Crunwald Costa (Costinha) e Érick Pipper, regente da orquestra.

A partir de 1947, a Sociedade Pró-Arte entra em declínio. Em 1948 e 1949, seu fundador Neddermeyer, aliado ao engenheiro Jorge Félix de Souza e ao desenhista Edilberto da Veiga, mobilizou os alunos e montou, em caráter não oficial, uma escolinha de arte, que funcionou ao ar livre, na Praça Cívica, em frente ao Palácio do Governo. Comovido com a disposição dos artistas, o governador Jerônimo Coimbra Bueno, cedeu-lhes duas salas do Museu Estadual de Goiás.

Também em 1945, forma-se outro grupo, chamado "Geração 45", voltado para a literatura e composto por vários nomes dentre os quais, destacam-se José Décio Filho, José Godoy Garcia, Domingos Félix de Sousa, João Acióli e Bernardo Élis. Esse grupo marca o início do modernismo na literatura em Goiás, ao romper com a rotina acadêmica do passado de tendência nacionalista.

Numa fase intermediária, surge o grupo "Os Quinze", nascido sob o signo da competitividade. Era composto por dez membros, dentre os quais se destacava Jesus de Barros Boquady. Na época, era o único que denunciava tendência vanguardista (concretista).

Em 1949, chega a Goiânia o escultor e marceneiro Henning Gustav Ritter, que veio ensinar desenho mobiliário na Escola Técnica Federal de Goiás. Por volta de 1937, veio de Pirenópolis Luiz Augusto do Carmo Curado, articulador de movimentos artísticos, importante presença para o ensino e animação das artes e, ainda, o responsável pela introdução da xilografia em instituição de ensino superior privado.

Em 1950, Luiz Curado e Gustav Ritter fazem o projeto de outra escolinha infantil cujo objetivo era desenvolver habilidades voltadas para o desenho e para a instrução artística. Seu conteúdo consistia de uma associação da teoria (História da Arte) com a prática. Os ideais dessa escola consolidam-se posteriormente, por meio da Escola Goiana de Belas Artes (EGBA), fundada em 1952.

Curado e Ritter sonhavam imprimir em Goiás as inovações da Arte Moderna, mediante um ensino mais avançado. Apesar de a Semana de Arte Moderna de 1922 ter marcado a modernidade no Brasil, estabelecendo novos parâmetros para o ensino de arte (na escola primária, secundária e superior), nas escolinhas de arte do Brasil da década de 50, ainda prevalecia um espírito mais conservador, voltado para uma linha mais clássica, mais próxima da orientação da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Por volta de 1950, vai para a Cidade de Goiás o escultor, pintor e missionário, Frei Nazareno Confaloni, que posteriormente se muda para Goiânia, onde ensina Pintura na EGBA. Em 1956, Dirso José de Oliveira (D. J. Oliveira), pintor, gravador e muralista, natural de Bragança Paulista – São Paulo, que vem para Goiânia, atraído pela construção de Brasília.

Assim, a partir dos anos 50, Goiânia se define em Goiânia um novo marco em sua história na área das artes plásticas. Com a chegada de Frei Nazareno Confaloni, apoiado por Luiz Augusto do Carmo Curado, mentor do projeto de fundação da EGBA e Henning Gustav Ritter, introduzem-se os primeiros conceitos de modernidade, provocando, desde então, o rompimento com o academicismo provinciano que imperava desde a década de 1940.

A Fundação da EGBA

A Escola Goiana de Belas Artes (EGBA) – instituição de ensino superior foi criada, em princípio, sem nenhum propósito lucrativo, e tinha como preocupação promover a cultura e o exercício da arte tendo como fundamento o desenho. Foi fundada em primeiro de dezembro de 1952, às 20 horas, no Salão da Biblioteca Almanara S. A., no centro de Goiânia, sob a presidência de Dom Abel Ribeiro Camelo, Bispo Auxiliar de Goiânia, Reitor da Faculdade de Filosofia de Goiás e vice-presidente em

exercício da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, em solenidade que contou com a presença de oito professores fundadores.

No regimento interno, aprovado em primeiro de dezembro de 1952, consta, no Artigo segundo, que no campo social

> "as atividades da escola aliar-se-iam às da Sociedade 'Pró-Arte' de Goiás, no sentido de congregar elementos e propugnar pela difusão das artes no estado, bem como pela formação do bom gosto e da consciência artística, para combater o ecletismo, a cópia desonesta e o diletantismo desorientado" (COSTA, 1955, p. 9).

Embora a EGBA tenha sido fundada em 1952, sua inauguração somente ocorreu em 1953 e com a presença de vários professores do corpo docente: Frei Nazareno Confaloni, Luís da Glória Mendes, José Lopes Rodrigues, Henning Gustav Ritter, José Edilberto Veiga, Jorge Félix de Souza, Antônio Henrique Péclat e Luiz Augusto do Carmo Curado. Porém, o seu funcionamento foi autorizado a partir de maio de 23 de maio de 1953, pelo Decreto n.º 32.258. Em sua inauguração, em 30 de março, fez-se uma grande exposição, aberta ao público, com a participação dos docentes, que objetivavam mostrar à sociedade goiana sua produção artística e cultural. À ocasião, o pintor Jordão de Oliveira, professor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), apresentou um levantamento panorâmico da arte brasileira, falando sobre seus movimentos e tendências. Situou a produção artística goiana nesse contexto e teceu comentários sobre a obra de Frei Nazareno Confaloni, Gustav Ritter e Luiz Curado, dentre outros nomes das artes em Goiás.

Luiz Curado, além de estruturar a EGBA, exerceu funções didático-pedagógicas e artísticas e o cargo de diretor, por indicação de Dom Abel, com o apoio do corpo docente, até 1956. Nesse ano, é eleito, democraticamente pelo corpo docente, para continuar na direção da escola, cargo que ocupa até meados de 1965, quando a professora Maria de Castro, ex-aluna da escola, assume a direção.

A EGBA funcionou inicialmente numa sede provisória situada à rua 9, no Centro de Goiânia, onde estava instalado o Jardim de Infância Menino Jesus, cedida por Dona Ruth Neddermeyer. Foi oferecida uma atividade denominada "Curso de Preparação" ao exame de habilitação para o ano de 1954, que constituía de três matérias: Desenho Artístico e Pintura, ministrada por Confaloni e Péclat; Desenho Geométrico,

ministrada por José Edilberto da Veiga e Modelagem, ensinada por Henning Gustav Ritter.

Posteriormente, a escola transferiu-se para a sede do Museu do Estado de Goiás, cedida pelo professor Zoroastro Artiaga, cujo piso superior fora adaptado pelo Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP). Em 1953, ocupou provisoriamente um prédio situado à Avenida Anhangüera, ao lado do Hotel Bandeirantes, esquina com a Rua 8, também no Centro de Goiânia, pertencente ao Senhor Alcindo Caetano Machado. A escola permaneceu nesse endereço até a construção de sua sede própria, em um terreno com área de 14.961,30 m^2. O projeto arquitetônico da sede foi assinado por Jorge Félix de Sousa e Henning Gustav Ritter (COSTA, 1955, p. 14). Em dezembro de 1996 uma perícia técnica após detectar falhas na estrutura do prédio da antiga escola, já extinta e com risco de desabamento, determinou sua demolição, que se deu em 1997. Em seu lugar foi edificada a nova sede da Faculdade de Arquitetura da UCG.

Embora a EGBA tenha começado suas atividades em 1953, com o "Curso de Preparação" para o vestibular e o desenvolvimento de atividades artístico-culturais, foi somente em 1954 que a escola se abriu ao público, após o exame de habilitação específico, realizado em fevereiro do mesmo ano, quando também a EGBA promoveu, em fevereiro de 1954, uma grande exposição de arte comemorativa do *I Congresso Nacional de Intelectuais*[4], cuja exposição de artes deflagra oficialmente o pensamento artístico, moderno[5], em Goiás. Com essa mostra, a projeção dos fundadores da EGBA ultrapassou os limites da capital goiana. Eles se tornaram conhecidos pelas suas ações, tanto no campo do ensino da arte quanto no da produção artística. Fizeram de Goiânia um solo fértil, propiciando o surgimento, pelos seus esforços e competência, de um movimento, artístico do qual nasceram inúmeros discípulos de talento, sendo muitos deles conhecidos hoje tanto no cenário das artes brasileiras quanto internacionalmente.

Estrutura dos cursos na EGBA

A estrutura regimental e curricular da EGBA foi construída com base no regimento interno da ENBA, com alguns ajustes para atender às necessidades da escola. Constava, em sua grade curricular, à semelhança da ENBA, o curso de Belas Artes dividido em Pintura e Escultura, com duração de cinco anos. Constituía-se como

novidade o *Curso de Desenho Aplicado*, também com duração de cinco anos, e a introdução de Gravura e Fotografia, como requisitos para todos os alunos do curso. Essas disciplinas eram oferecidas aos alunos a partir da segunda série, estendendo-se até a terceira, enquanto que na ENBA, eram ministradas como cursos avulsos (COSTA, 1955, p. 9). Dada a flexibilidade do currículo, a disciplina Gravura era acessível a qualquer aluno de qualquer curso e série. As duas disciplinas eram ministradas por Luiz Curado, único conhecedor dos processos de gravação em madeira, na época, em Goiânia. O curso de Desenho Aplicado da EGBA foi o primeiro oficialmente registrado no Brasil, que visava à preparação do aluno para as áreas comerciais e industriais.

A grade curricular dos primeiros cursos de artes da EGBA era composta de dezoito disciplinas[6]. Algumas eram comuns aos dois cursos. Porém, o aluno do curso de Desenho Aplicado que optasse por ser professor teria de cursar as disciplinas pedagógicas com a finalidade de se qualificar para o exercício do magistério.

Os primeiros cursos da EGBA funcionavam sem nenhuma burocracia, quase em regime livre, sem fiscalização por parte do MEC. O Curso de Artes era constituído de um tronco comum e habilitações específicas. Embora houvesse uma organização das disciplinas segundo um critério hierárquico, os alunos podiam transitar livremente pela grade e freqüentar qualquer disciplina do curso. Não havia currículo mínimo e controle de freqüência, mas havia provas. Outro aspecto interessante é que a escola funcionava em período integral, com o aluno podendo freqüentar em qualquer horário. Sempre havia um professor disposto a trabalhar com os alunos nas salas de aula e nos ateliês da escola. Luiz Curado acreditava que este era um aspecto importante na escola, porque permitia aos professores e alunos plena liberdade de escolha das atividades. Os primeiros alunos da EGBA se formam em 1958.

Somente a partir de 1965, quando é aprovado o novo Regimento Interno, que previa a criação do Curso de Arquitetura, há uma reorganização do Curso de Artes e várias alterações são feitas.

No início, como requisito para freqüentar a escola, exigia-se apenas que o aluno houvesse concluído o curso ginasial que corresponde ao antigo Curso Ginasial. Mas, por volta de 1956 (dois anos após a fundação da escola), passou-se a exigir o

diploma de conclusão do ensino médio, acompanhado do exame de habilidade específica na área de desenho.

Já em pleno funcionamento e visando ampliar suas atividades, a EGBA inicia, em 1954, um movimento para criar na escola um curso livre de Escultura, à noite, sob orientação exclusiva dos professores da área. O curso seria destinado a congregar os amadores e aficcionados que não podiam freqüentar regularmente os cursos diurnos, como Siron Franco, na época muito jovem.

O novo regimento interno da EGBA nasceu sob a expectativa da fundação da Universidade Católica de Goiás e sob a necessidade de criação do curso de Arquitetura. É um regimento melhor definido sob o aspecto da estrutura curricular, mas ainda inspirado no Regimento Interno da ENBA, por influência do professor Luiz Curado e Jorge Félix, formado naquela escola. Pelo novo regimento, tentava-se incluir o curso de Professorado de Desenho e, por meio da criação do curso de Arquitetura, fortalecer as Artes e resgatar a Arquitetura, que havia sido desvinculada da ENBA, mesmo contra a vontade de diversos professores, como Jordão de Oliveira e Lúcio Costa.

Atendendo à Lei n.º 4.464 de 9 de novembro de 1964, fez-se uma reorganização didática dos cursos, classificando-os em: curso de formação (graduação); curso de especialização profissional (curso livre em que o aluno se especializava em uma modalidade artística), e cursos extraordinários.

O Parágrafo primeiro do Artigo quarto prevê a duração dos cursos em quatro anos, fazendo uma redução de um ano em relação ao currículo antigo. As disciplinas, conforme os métodos pedagógicos classificam-se em: teóricas; teórico-práticas; práticas, e práticas especiais. As cadeiras de formação didática deveriam ser cursadas na Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás, que forneceria os elementos necessários para completar o histórico escolar dos alunos que se dispusessem a diplomar-se na área.

Os alunos do Curso de Formação de Professorado de Desenho, regulamentado pelo MEC, sob Parecer n.º 599/66, cursavam as disciplinas voltadas para a formação educacional: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática Geral, Didática Especial e Complementos de Matemática, na Faculdade de Filosofia.

Os cursos considerados extraordinários como o de Cerâmica, Arte da Publicidade, Gravura, Pintura Mural, Fotografia e Cenografia – eram, na verdade, disciplinas avulsas que os alunos, em regime livre e de prática, poderiam cursar até duas, simultaneamente. Eram também denominados cursos de especialização. Após a aprovação em teste de habilitação, os alunos recebiam títulos, diplomas, certificados ou declarações que os consideravam com conhecimentos suficientes, a critério do Conselho Departamental, conforme rezava o Artigo 19 do Regimento de 1965.

Eram os seguintes os regimes de matrícula existentes na escola: regime normal – com ingresso por meio exame de habilitação e concessão de diploma de curso superior de Pintor, Escultor, Desenhista ou de Professorado de Desenho; regime livre – sem requisitos de formação para o ingresso. A entrada do aluno se dava por teste, sendo a ele conferido um certificado de pintor, escultor ou de desenhista no final do curso; regime de prática – o aluno era considerado apenas praticante. Tinha o direito de freqüência e um certificado de aproveitamento do que houvesse cursado. O regimento estabelecia que nenhum aluno poderia se matricular após duas reprovações sucessivas.

A extinção da EGBA

Nos anos 50, a EGBA liderou o movimento artístico goiano, não medindo esforços para atingir seus objetivos. Buscou elevar a cultura da nova capital a níveis que a fariam ultrapassar, no futuro, as fronteiras goianas por meio da obra de valores artísticos de grande repercussão. Essa iniciativa de fomentar as artes levou à fundação, em 25 de janeiro de 1959, do Museu de Arte Moderna de Goiânia. Desafortunadamente, esse museu, situado no Lago da Rosas, durou somente dois anos. Paralelamente ao seu idealismo de fomentar e propiciar um clima artístico em Goiás, a EGBA, instituição sem fins lucrativos, lutava para suportar a falta de recursos e enfrentava internamente tanto problemas políticos quanto problemas ligados a concepções conservadoras que impediam o avanço da escola. Posteriormente subordinada à Universidade Católica de Goiás (UCG), passou a sofrer limitações advindas de tabus e preconceitos, obstáculos para o seu desenvolvimento.

Em meados de 1959, cogita-se a encampação da EGBA pela Universidade Federal de Goiás (UFG). No entanto, uma cláusula do acordo que a anexou à UCG

inviabiliza esse projeto. Internamente, as relações na EGBA estão em crise. As excessivas cobranças e a má remuneração geravam descontentamento entre os professores, que recebiam salários diferenciados, conforme atuassem na área teórica ou prática. As alegações de restrição à liberdade de expressão ligada a concepções conservadoras e preconceitos contra o desenho de modelo vivo nu provocam no final desse ano a cisão da EGBA. Um grupo de professores, em nome da liberdade de expressão no ensino da arte, apoiado por alunos articulam a fundação do Instituto de Belas Artes de Goiás (IBAG). Porém, a afirmação de falta de liberdade parece contraditória, pois havia na escola desenho de modelo vivo nu. O grupo tinha em mente a incorporação da nova escola à Universidade Federal de Goiás no ano seguinte, o que seria mortal para a EGBA, que não conseguiria competir com o ensino público e gratuito da UFG.

Inicialmente, o grupo dissidente era formado por José Lopes Rodrigues, Henning Gustav Ritter, Antônio Henrique Péclat e Maria Guilhermina, que, embora recém-formada (aluna de Ritter e Confaloni, da EGBA), já havia participado em 1959, da V Bienal Internacional de São Paulo e almejava ser professora. Posteriormente, com a adesão de Antônio Nery da Silva, Orlando Ferreira de Castro, Zofia Stamirowska, Violeta Bitars, Adelmo de Moura Café, entre outros, completava-se o quadro de fundadores do IBAG. A aula inaugural na instituição federalizada se dá em março de 1962.

A concorrência na jovem e pequena Goiânia era acirrada. Em 1961, a EGBA contrata D. J. Oliveira, pintor, recém-chegado à cidade, formado em pintura e mural, em ateliê de artistas santahelenistas paulistas, posteriores ao grupo fundador. Com grandes habilidades artísticas D. J. Oliveira passa a ocupar a cadeira de Pintura. Era um nome capaz de atrair clientela para a EGBA. No entanto, o preconceito às inovações e contra o autodidatismo provoca divergências entre os professores, gerando um impasse entre os favoráveis e os contrários ao artista. Por sua vez, o IBAG, em 1962 contrata Cleber Gouvêa, artista que despontava na pintura e dominava as técnicas de xilografia e litografia.

Embora em nenhum documento explicite a desintegração da EGBA nota-se que também existiam motivos políticos. Uma disputa pelo poder instalara-se na escola. De um lado estavam Gustav Ritter e Maria Guilhermina, liderados por Antônio

Péclat, opondo-se à direção de Luiz Curado, que tinha o apoio de Confaloni e Edilberto da Veiga. Mais tarde, com a criação da Faculdade de Arquitetura, o grupo dissidente consegue a exclusão de Curado do corpo docente. Curado se isola, pois Frei Confaloni posicionou-se em favor da igreja que, diante dos problemas, já não se interessava na manutenção da escola. José Edilberto da Veiga, por seu turno, aderiu ao grupo dissidente.

A alegação da falta de liberdade de expressão, no entanto, é contraditória, pois o líder do grupo dissidente, Antônio Péclat, conservador, contrapõe-se à contemporaneidade de Gustav Ritter e de Maria Guilhermina, que ainda consolidava sua obra. As oposições de idéias, entretanto, não os impediram de fundar uma nova escola. Outro fator que contribuiu para acirrar a dissidência entre os professores da EGBA foi o fato de a escola não poder aderir-se à UFG, assunto, na época, discutido entre os professores. Um pacto havia sido feito entre o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira e os seus idealizadores para a sua futura anexação à UCG[7], que à época estava se estruturando.

Esse compromisso foi firmado com uma série de imposições da EGBA à Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da UCG, como as seguintes: 1 – que o patrimônio da escola não fosse desviado de sua finalidade; 2 – que as verbas obtidas em nome da Escola Goiana de Belas Artes só nesta fossem aplicadas; 3 – que a escola movimentasse suas rendas; 4 – que os atuais professores fossem mantidos, enquanto bem servissem e não houvesse concursos (...)[8];

Outro fator interfere na extinção da EGBA. Tendo sido concebida como uma instituição sem fins lucrativos, vinculou-se posteriormente a uma empresa, que, embora seja de natureza confessional, é capitalista e, portanto, não tinha interesse em mantê-la funcionando, pois a escola não era lucrativa. Apesar de tornar-se paga, a receita gerada pelos poucos alunos não cobriam os altos custos não eram cobertos pela receita gerada pelos poucos alunos. A instituição a que a EGBA estava subordinada precisava de um curso atrativo, prático e que pudesse dar retorno financeiro imediato. O curso de Arquitetura (da atual *Escola de Arquitetura Edgard Albuquerque Grasse)* preenchia todos esses requisitos.

As primeiras turmas do IBAG receberam os alunos do último ano da EGBA. O curso de Arquitetura que a sucedeu herdou todo o seu patrimônio, inclusive os professores

que atuavam nas séries iniciais, uma vez que as disciplinas do básico do Curso de Artes eram comuns ao básico de Arquitetura.

---

[1] Oficializada em 23 de março de 1937.

[2] Essa situação de isolamento refere-se ao fato de até a década de 1950, Goiás ter ficado relegado, excluído, do contexto socioeconômico brasileiro. Com esse mesmo significado, Campo utiliza a expressão "situação de periferia" para indicar que Goiás ficou à margem dos indicadores econômicos, demográficos e de comunicação, tanto nas relações internas quanto externas.

[3] Com a expansão e transformação da economia do café e da indústria no Centro-Sul, a ocupação de novas terras no território nacional se faz necessária, isto é, conforme o capitalismo se define como modo de produção essencial na região, faz-se imprescindível a incorporação de novos espaços para efetivar o processo de produção mercantil, indispensável ao crescimento capitalista. A "Marcha para o Oeste" nada mais é do que uma tática política getulista de colonização que, em função da ocupação de novas terras para a expansão do café naquela região, força o deslocamento das fontes de produção agropecuária para área mais distante do mercado consumidor no território nacional. A partir daí, Goiás retoma seu desenvolvimento.

[4] Os intelectuais que estiveram presentes no Congresso: Abelardo da Hora, diretor do Ateliê do Recife, as instituições Clube dos Amigos do MASP, o poeta e escritor Pablo Neruda, além de Lôio Pérsio (pintor), Jorge Amado (escritor), Mário Schemberg (cientista), José Reis Júnior (crítico), Mário Barata (escritor), Origenes Lessa (romancista), Lima Barreto (cineasta), Inimá de Paula (pintor), Cláudio Corrêa e Castro (ator), Orlando Teruz (pintor), Mário Zanine (escritor), Jordão de Oliveira (pintor e professor), Sérgio Miliet (pintor), Aloísio Sayol de Sá Peixoto (colecionador e animador de arte, de Goiás) e Bruno Giorgi (escultor). Muitos outros destaques das várias áreas do conhecimento.18 Grandes nomes da gravura nacional também compareceram, como Carlos Oswald, Carlos Scliar, João Quaglia, Glênio Bianchetti, Marcelo Grassmann, Mário Gruber, diretor do Clube de Gravura de Santos (SP), Rebolo Gonçalves (pintor e gravador), Osvaldo Goeldi, Renina Katz, Gilvan Samico, Glauco Rodrigues, Vasco Prado, Danúbio Gonçalves, Plínio César Bernhard, Edgar Koetz, Darel Valença Lins, Alfredo Volpi e Mestre Vitalino (gravador popular).

[5] Todavia, é importante ressaltar que o modernismo que se instala, em Goiás, por meio dos pioneiros não se configura como um movimento em busca de uma ideologia ou ideal estético como foi o modernismo nacional, a exemplo do modernismo paulista, mas pela necessidade de elevar Goiás a condição de Estado moderno. Os artistas que aqui chegam vêm a Goiás de diferentes lugares, do Brasil e da Europa, com diferentes formações e experiências estéticas, em busca de trabalho, decorrente da modernização da nova capital, fundada em 1937. Deflagram o pensamento moderno, nas artes plásticas, a partir de suas diferentes origens, formações e tendências de estilo, e agem de modo independente. Henning Gustav Hitter (Gesthacht, distrito de Amburgo, Alemanha), traz sua formação de seu país de origem, Frei Nazareno Confaloni, da Itália. Luis Augusto do Carmo Curado, idealizador do "movimento" e principal líder da criação da escola, recebe suas orientações por meio de convivência com os artistas da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), do Rio de Janeiro, de onde traz o modelo de curso para a formação de artistas goianos. D. J. Oliveira (Bragança Paulista - São Paulo, em 14 de novembro de 1932-2005, Goiânia) é egresso do Grupo Santa Helena (SP), não do grupo fundador, mas dos artistas subseqüentes que encontram abrigo artístico nesta casa. Cleber Gouvêa (Uberlândia – MG, 1942 – Goiânia – GO, 2000). Assim sendo, o modernismo goiano, nasce estimulado pela nova condição política de Goiás que busca modernizar-se para inserir-se política, social econômica e culturalmente no cenário nacional

[6] Os professores e as disciplinas eram: Péclat: Pintura (2ª Cadeira) e Composição Decorativa; Henning Gustav Ritter: Escultura e Modelagem; Jorge Félix de Souza: Geometria Descritiva, Perspectiva, Sombra e Estereotomia, e Ornamento e Elementos de Arquitetura; José Edilberto da Veiga: Desenho de Modelo Vivo e Fotografia; José Lopes Rodrigues: História da Arte; Luiz Curado: Composições Artísticas e Arte, e Arte da Publicidade e do Livro (Gravura); Luiz da Glória Mendes: Anatomia e Fisiologias Artísticas; Frei Nazareno Confaloni: Pintura (1ª Cadeira) e Desenho Artístico**.**

[7] A incorporação da EGBA à UCG, que se deu em 23 de agosto de 1969, significou a mudança do nome da instituição para Escola de Belas Artes da Universidade de Goiás e a perda gradativa de sua autonomia, redundando finalmente em sua extinção.

[8] Ata da 17ª reunião da Congregação da Escola Goiana de Belas Artes, realizada no salão Veiga Valle, às 19h, do dia 25/08/59.

Referências

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1983, p. 21.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A Singularidade da obra de Veiga Valle*. Goiânia: Editora UCG, 1983, p. 25.

COSTA. Waldir. Caderno da Escola Goiana de Belas Artes. *Revista Renovação*. V. Goiânia, Oficinas "INGRA" S. A, I, 1955, p. 9-14-9.

Edna de Jesus Goya

Professora da Faculdade de Artes Visuais/UFG – GO, Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP; Mestre em Arte Publicitária e Produção Simbólica pela ECA/USP-SP (1998); Curso de Especialização em Educação (UCG, 1986) e em Arte-Educação (UFG, 1989); Bacharel em Artes Visuais, Habilitação Gravura (UFG, 1992) e Licenciatura em Desenho e Plástica (UFG, 1983). Coordenadora de Estágio Curso de Artes Visuais – Licenciatura da FAV/UFG e Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/FAV/UFG). **ednajgoya@yahoo.com.br**